



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SANTANA

Data: 14/12/2017

Hora: 09:00 h

Local: Sala de reuniões da Companhia Docas de Santana

1. EXPEDIENTE:

1.1 – Assinatura da lista de presença:

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante desta ATA, compareceram: Robson Marcos Gualberto do Carmo, Presidente do CONFIS, membros: Silvio César Barreto Trigueiro; Lucílio Selmi de Figueiredo Nunes e como convidados para assessorar os trabalhos, Diretor Administrativo Financeiro da CDSA, José Antônio Soares Garcia; Chefe da Divisão Contábil e Financeira, Giovanny Rodrigues da Silva; Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, Gilmar Targino de Oliveira Diniz; e Leila Pires Vieira, Secretária da Companhia Docas de Santana.

1.2- Comunicação da presidência

O Presidente do CONFIS, Sr. Robson Marcos Gualberto do Carmo, saudou a todos, desejando uma reunião de sucesso.

1.3 Comunicações dos Conselheiros

Não houve

A ata da reunião anterior foi aprovada com ressalvas.

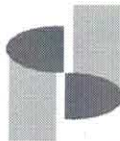
ORDEM DO DIA

2.1- Apresentação do Relatório de execução Financeira do mês de novembro de 2017.

Por solicitação do presidente do CONFIS, o Chefe da Divisão Financeira, Giovanny Rodrigues da Silva, fez a apresentação do Relatório de Execução Financeira do mês de novembro de 2017. Na oportunidade, o Sr. Giovanny Rodrigues da Silva saudou a todos, apresentou-se aos presentes, onde mencionou ser efetivo e já exerceu várias funções na Companhia Docas de Santana-CDSA e atualmente assumiu a responsabilidade da Contabilidade Financeira. Disse que a mudança se deu devido à contabilidade não está sendo fechada desde janeiro. Informou que a partir de 2018 a CDSA terá que apresentar relatórios mensais a Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, caso não apresente a mesma será multada. Disse que esteve em Brasília fazendo um curso acerca do novo sistema que está sendo implantado, falou que sua prioridade é fazer o fechamento da contabilidade, para possivelmente até em abril de 2018 ajustá-la com o objetivo de até em junho conseguir apresentar os relatórios atualizados junto a Agência Nacional de Transportes Aquaviários-



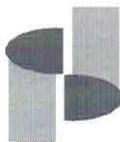
ANTAQ, por esse e outros motivos não disponibilizou de tempo para elaborar o Relatório de Execução Contábil e Financeira, da forma que vinha até então, sendo feito. Destacou que tudo que se tratar de tarifa somente será revista se a CDSA estiver com o Sistema Contábil atualizado. Informou que o supracitado sistema já está vigorando na ANTAQ, Disse que se reuniu em Brasília e conversou com os responsáveis na implantação do sistema e pediu um tempo para que a CDSA se atualizasse, tendo como resposta que enquanto o sistema está sendo implantado não serão tão rigorosos. No momento o Presidente do Conselho, Robson Marcos Gualberto indagou quando foi implantado esse sistema e como ficou o fechamento dos anos anteriores, sendo respondido pelo Sr. Giovanni Rodrigues que o sistema começou a funcionar em dezembro e a contabilidade do ano de 2016 da CDSA, foi fechada por uma empresa terceirizada de contabilidade. O conselheiro Lucilio Selmi indagou o motivo da contabilidade não estar sendo fechada desde janeiro de 2017, sendo respondido pelo Sr. Giovanni Rodrigues que a Chefe da Divisão de Contabilidade, era a Sra. Priscila Cunha. Os Conselheiros perguntaram ao Sr. Giovanni Rodrigues, se tinha alguma informação porque não vinha sendo fechada a contabilidade, o mesmo respondeu que seria melhor perguntar a Presidência, pois o mesmo não pode entrar no mérito da questão, O Conselheiro Silvio César Trigueiro disse que todo mês eles recebiam o relatório e acreditavam que a contabilidade estava sendo fechada. O Sr. Giovanni Rodrigues disse que o relatório que vinha sendo apresentado é composto somente com a receita e despesa. O Conselheiro Lucílio Selmi indagou ao Sr. Giovanni Rodrigues se poderia constar em ata o seu questionamento acerca do fechamento da Contabilidade e o mesmo ter respondido que seria melhor perguntar ao Presidente da CDSA. Na sequência, o Sr. Giovanni disse que sim, pois até o momento a responsabilidade não era dele e o mesmo não poderia responder pelos atos de outra pessoa. Perguntou ainda, ao Sr. Giovanni Rodrigues, se o mesmo fazia parte do setor da contabilidade. O Sr. Giovanni falou que não, disse que era Chefe da Seção financeira. Na ocasião, os Conselheiros solicitaram que constasse em ata que desconheciam que a contabilidade não estava sendo fechada de janeiro até dezembro. O Presidente disse que essa informação causou surpresa ao Conselho Fiscal. Reiterou acerca do fechamento da contabilidade dos anos anteriores, se vinham sendo fechadas. Foi informado pelo Sr. Giovanni Rodrigues que a contabilidade de 2016, foi fechada em maio de 2017. O Conselheiro Silvio César colocou que o Conselho aprovou as contas com ressalva e indagou qual a previsão para fechamento da contabilidade do ano de 2017, em seguida solicitou que



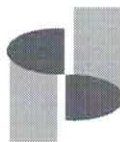
se estabeleça um prazo para que o Conselho Fiscal analise e emita o Parecer, mencionou que foram solidários pela questão de ser uma nova gestão quando aprovaram a contabilidade do exercício de 2016, pois não tiveram tempo para analisar. Em seguida sugeriu para se definir um prazo para analisarem, pois esse ano de 2017 não há como justificar que não tiveram tempo. Ficando decidido que o conselho terá um prazo de 15 dias para analisar e emitir o Parecer. Com relação ao prazo o Sr. Giovanny Rodrigues respondeu que é muito relativo. Ressaltou que terá que fechar a contabilidade desde janeiro é lançar no sistema todas as notas e despesas. O Conselheiro Lucílio Selmi tornou a pergunta se a contabilidade nos outros anos era fechada mês a mês. Sr. Giovanny Rodrigues disse que não, na verdade nunca foi fechada mês a mês, somente fechavam no fim do ano e em virtude da cobrança da ANTAQ terá que se fechada mensalmente. Dando continuidade o Chefe da Divisão de Contabilidade apresentou o Relatório de Execução Contábil e Financeira do mês de novembro de 2017, de forma sucinta. Discorreu sobre a receita operacional de dezembro totalizando o valor de R\$ 415.076,59. Disse que do total da Receita Patrimonial de R\$ 36.655,88. De Receita Financeira foram recebidos 46.050,48. No item Outras Receitas 225.661,53 receitas decorrentes do Termo de Compromisso firmado com o Município de Santana. Totalizando a receita em R\$ 723. 444, 43. Disse que com despesa pessoal encargos sociais teve um montante de R\$ 403.024,36, que abrange todas as obrigações salários. Com a tributária R\$ 326.937,58 e os impostos PIS, COFINS Contribuição Social imposto de renda ISS foi recolhido todo o montante que não tinha sido recolhido anteriormente. Relatou que foi pago o IPTU do ano de 2016 e 2017. O Conselheiro Lucilio Selmi mencionou que em conversa com o Secretário da Fazenda do Município, ficou sabendo que é retido na fonte o ISS dos servidores terceirizados da CDSA, sendo confirmado pelo Chefe da Divisão Contábil declarou que não só o ISS. Dependendo da situação jurídica da empresa junto à Receita Federal são recolhidos os outros impostos também. O Presidente Robson Marcos indagou se os servidores já estão tendo domínio do sistema do software. O Sr. Giovanny Rodrigues comentou que está sendo utilizado para fazer a folha e as notas fiscais com ressalva, mas a contabilidade em si agora que vai receber treinamento devido não ter uma pessoa para se dedicar exclusivamente a contabilidade. Complementando o Diretor Administrativo e Financeiro, José Antônio Soares Garcia informou que esse foi o motivo da mudança da Chefia da divisão Contábil e Financeira, declarou que o Sr. Giovanny Rodrigues foi a Brasília-DF fazer um curso na ANTAQ. O Conselheiro Silvio César comentou que



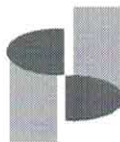
entendeu o motivo de ter se dado a mudança devido à exigência da ANTAQ. Disse que houve uma mudança estratégica para focar no sistema do software irá auxiliar viabilizar o fechamento da contabilidade. Giovanni Rodrigues retomando sua fala informou que a ANTAQ está fazendo três exigências: a primeira e a questão dos custos, de que forma é rateada a receita; a segunda é acerca da contabilidade que a CDSA terá que apresentar o relatório mensal; terceira o Relatório Patrimonial que a CDSA tem prazo de até julho de 2018, para apresentar com os valores atualizados. Disse que o processo foi iniciado que foi feito documento informando a diretoria. O Conselheiro Silvio César reiterou à disposição para fazer o Laudo Patrimonial, disse que já se colocou a disposição outras vezes, mas nunca obteve resposta de ninguém. Mencionou que já veio até a CDSA há três meses para verificar essa questão e não entende por que o Conselho não tem acesso a muitos outros projetos principalmente da área de infraestrutura e parte ambiental. Frisou que o jeton não é o que importa que é um dinheiro que ganha sem merecer porque ele não consegue dar o retorno, declarou que o conselho é solidário a gestão do Prefeito Ofirney Sadala enfatizou a vontade de somar. Colocou que o Conselho não irá cobrar nada nem agora e nem depois, reconhece que a CDSA tem pouco recurso. Relatou que obtiveram como resposta que a função do Conselho Fiscal é fiscalizar. Quanto à elaboração do Laudo Patrimonial, o Sr Giovanni Rodrigues falou que a recomendação da ANTAQ é contratar uma empresa ou formar uma comissão para elaborar o Laudo Patrimonial. No momento o Conselheiro Lucilio Selmi comentou que agora que ficou sabendo que tem duas formas de se fazer o laudo opinou por montar a comissão. O Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. José Antônio Soares, comprometeu-se a montar a comissão e em seguida baixa a portaria. O Presidente do Conselho recomendou a Diretoria Executiva (DIREX), para que monte a comissão. O Conselheiro Silvio César Trigueiro relatou que não tem disponibilidade para passar a semana toda na CDSA, mas poderá começar em janeiro, pois nesse mês terá tempo. Ressaltou que depende da boa vontade de todos. Disse que pode fazer tudo, a única parte que não poderá fazer é a parte de máquinas e equipamentos, pois não poderá assinar. Mas pode ajudar a fazê-lo. Ressaltou que precisa que a CDSA repasse as informações, O Sr. José Antônio declarou que esse sistema é exigência da nova Lei das Estatais. Colocou que a CDSA, estava aguardando esse modelo para fazer as atualizações. Solicitou também que agilize para que se inicie em janeiro. O Sr. Giovanni Rodrigues esclareceu que quaisquer dúvidas entre no site da ANTAQ, no link contabilidade regulatória, onde contém um manual, uma nota



explicativa contendo todas as informações de como proceder. Os Conselheiros Silvio César e Lucilio Selmi se prontificaram a ajudar na elaboração do supracitado Laudo. O Conselheiro Lucilio Selmi sugeriu que se coloque em ata que o Sr. José Antônio se responsabilizou em montar a comissão. Retomando Silvio César opinou por ser o presidente da Comissão, o Chefe da Divisão da Contabilidade, a pessoa indicada para passar as informações porque tudo envolver a contabilidade. O Presidente salientou que a CDSA tem que trabalhar em cima de dados reais. Finalizando o Sr. Giovanny Rodrigues pediu desculpas por não ter apresentado o Relatório Contábil e Financeiro descritivo. Disse que até o dia 30 de novembro o relatório era responsabilidade da Sra. Priscila Cunha, solicitou ao Conselho que leve em consideração, pois se dedicará a contabilidade. O Conselho colocou em discussão o percentual que vem sendo ultrapassado os 60% estabelecido pelo Estatuto Social da CDSA, demonstrando assim sua preocupação. Foi questionado pelo Presidente do Conselho acerca da arrecadação. O Sr. Giovanny Rodrigues respondeu que as notas fiscais que ele fez até o dia 12/12/2017 não chegaram nem a duzentos mil. O Conselheiro Silvio César indagou se essa questão não traz problemas para o gestor da CDSA, tendo como resposta do Sr. José Antônio que sim, inclusive o Presidente da CDSA está preocupado buscando recurso. Retomando disse que vem falando nisso há muito tempo, senão aumentar a receita tentar virá o custo de mão de obra. Disse não ser uma escolha e sim uma obrigação. O Sr. Giovanny Rodrigues mencionou que a expectativa de receita para o ano de 2018 é bem melhor. O Presidente do Conselho falou que ano que vem não se deve trabalhar com promessa, mas sim com dados reais, com o que foi visto esse ano. Foi informado pelo Sr. José Antônio que as empresas já encaminharam a previsão de receita para 2018. Informou que o orçamento foi elaborado em cima dessas previsões. O Conselheiro Silvio César Trigueiro salientou que não viu uma busca pelo aumento de receita no ano de 2017, disse que ficou o ano todo falando acerca da sinalização náutica. Frisou que o Conselheiro Lucilio Selmi chegou a pouco tempo é já conseguiu agilizar por intermédio de suas articulações resolver uma pendência que comprometia a concessão da CDSA referente ao Termo de Compromisso junto ao Município. Na ocasião o Presidente falou que o conselho fez as sugestões, tentou agilizar, mas foram travados. O Conselheiro Silvio César mencionou que o conselheiro Lucilio Selmi tem mais espaço, citou como exemplo a questão do Termo de Compromisso que estavam a sete meses tentando resolver e não conseguiram e em pouco tempo foi solucionado. Questionou porque não se somam mais esforços, quanto ao projeto de sinalização disse que a diretoria



ficar dizendo que estão fazendo é não mostram o que tem feito à impressão que ele tem é que não tem nada feito, porque não mostram nada. Dizem que a função do Conselho é aprovar conta, aconselhar e equilibrar receita e despesas colocou que a receita tem oportunidade de aumentar, mas não houve luta para se conseguir esse aumento. Outra coisa é a questão patrimonial que está parada. Colocou que tem que ter alguém na ANTAQ cobrando para poder leiloar esse bem que é uma receita fixa. Destacou que tem cliente querendo. Recomendou acerca dos servidores que estão em Brasília-DF, a serviço da CDSA. Reforçou que o Conselho já solicitou o relatório várias vezes contendo as atividades dos servidores que estão em Brasília-DF, pois terão que aprovar as contas e para aprovar precisam dos relatórios, nem que seja para inglês ver, caso não tenham os mesmos serão considerados coniventes, devido ser dinheiro público. O Presidente mencionou que numa eventual fiscalização não se devem ser omissos. O Sr. Giovanni Rodrigues disse que a CDSA se preocupa quanto a essa questão e alertou sobre a seriedade das fiscalizações serem observadas. Relatou que pela ANTAQ seria tudo privatizado. O Presidente indagou aos conselheiros se tinham interesse em conhecer o sistema do software, sendo respondido por eles que não. Foi aberta a palavra aos conselheiros para os questionamentos. O Conselheiro Silvio César disse que está esperançoso, que a partir dessa comissão se abram oportunidades para o conselho contribuir, porque só cobrar é fácil. O Conselheiro Lucílio Selmi enfatizou que a comissão inicie em janeiro. Voltando Silvio César ressaltou a importância em se ter um diagnóstico que inclusive o Conselho já possui. O Sr. José Antônio manifestou-se dizendo que essa avaliação Patrimonial compete a Diretoria Executiva (DIREX) relatou que é parte operacional, mas que o mesmo vem se empenhando em fazer essa avaliação para a CDSA não ser multada. O Presidente do Conselho recomendou que a CDSA parasse de correr da ANTAQ, que atualmente a empresa está trabalhando em cima de não levar multa da ANTAQ. O Conselheiro Silvio César colocou que a ANTAQ está cobrando desempenho da CDSA, e estão corretos, mas indagou qual a parte que a ANTAQ dar subsídios para garantir as condições exigidas. Em seguida fez vários questionamentos como: quantos e-mails reiterando foram encaminhados a ANTAQ requerendo resposta com relação às áreas que estão dependendo da anuência da ANTAQ. Indagou também quantas vezes os assessores de Brasília-DF, foram a ANTAQ solicitar o andamento do processo. Foi colocado pelo Sr. Giovanni Rodrigues a necessidade do apoio político para ter acesso. Foi mencionado pelo Conselheiro Silvio César, que um bom assessor de qualquer instituição é aquele que tem



influência política. O Conselheiro Lucilio Selmi indagou se estão encaminhando e-mails cobrando dela se documentando ou é somente cobrado de boca. Retomando com a palavra o Conselheiro Silvio César indagou o valor do aluguel pago pela empresa AMCEL, sendo informado pelo Sr. Giovanny Rodrigues que a empresa AMCEL pagava cem mil mensais. O Conselheiro Silvio César disse que cento e vinte mil e mais do que dez por cento da receita média mensal e disse que esse valor resolveria o problema, disse ainda, que essa situação está assim desde fevereiro. Questionou como pode ANTAQ passar um ano para emitir um Parecer a fim de favorecer o desempenho da instituição que está cobrando. Citou que existem várias áreas pendentes, exemplo o prédio que está com a empresa Vila Nova. O Presidente colocou que se a sinalização náutica estivesse operando seria arrecadando todo ano dois milhões de reais, colocando por baixo. Foi posto em discussão pelo Sr. José Antônio os problemas que vem ocorrendo na área devolvida pela empresa AMCEL, sendo em seguida solicitada pelo Presidente do Conselho a presença da advogada da CDSA para fazer esclarecimento sobre a área supracitada. O Conselheiro Silvio César solicitou que incluía na ata tudo que foi discutido na reunião, pois a ata é quem registra e irá respalda-los futuramente, caso venha falar algo que possa comprometê-lo irá responder. Reiterou a necessidade de montar a comissão para fazer a avaliação, pois a área é grande disse que conhece a área, pois trabalhou na CDSA e atualmente está bem maior, se colocou à disposição a partir da segunda semana de janeiro de 2018, inclusive deixou seu contato.

2.2- Apresentação do Relatório da Comissão Permanente de Licitação-CPL do mês de novembro de 2017.

Por solicitação do Presidente do Conselho, O Sr. Gilmar Targino de Oliveira Diniz, Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL. Com a palavra cumprimentou a todos. Em seguida apresentou o Relatório da CPL atualizado até o dia 11 de dezembro. Disse que foi informado pelo Sr. Uélliton Nogueira da Silva, acerca da orientação do Conselho com relação a dar continuidade ao processo da aquisição das armas devido à questão da estrutura, do paiol e do Plano de Segurança. Expôs que mandou para o jurídico e fez o despacho onde gerou dúvidas se comprava ou não, porém seguiu encaminhando ao jurídico. Considerando que o jurídico poderia consultar junto ao Setor operacional as seguintes informações estrutura do Porto para armazenamento das armas, o Plano de Segurança se contem ou não a utilização de armas pela guarda se está aprovado, a questão da avaliação psicotécnica, cursos de tiros e enfatizou que o jurídico poderá sugerir que suspenda. O Conselheiro Lucilio



mencionou que na reunião passada fez vários questionamentos ao Diretor Operacional e não foi dado ênfase na ata e solicitou que se retifique a ata anterior incluindo o questionamento que fez ao Diretor Operacional Sr. Victor Hugo de Holanda e a resposta que foi dada, inclusive concordando. Discorreu que não foi dada ênfase na ata anterior à discussão acerca das armas, pois é um ponto conflitante, precisa-se de um cuidado maior e solicitou que insira na supracitada. O Conselheiro Silvio César recomendou que se colocasse na íntegra nem que seja uma bobagem e sugeriu mudar a sistemática da ata. Na sequência, o Presidente do Conselho solicitou que se coloque tudo que for discutido, só tirando as conversas paralelas e disse que tem um aplicativo dos conselhos que poderá ser utilizado para que os conselheiros façam as ponderações nas atas. O Conselheiro Silvio César parabenizou o Sr. Gilmar Targino, por ter seguindo os trâmites de acordo com a legislação. Indagou se já veio o retorno, sendo respondido negativamente pelo senhor Gilmar Targino que prosseguindo avançou para as páginas 06, onde mencionou acerca do curso de capacitação de formação de pregoeiro O Presidente indagou o objetivo do curso e questionou se o Sr. Gilmar Targino já não tem o curso de pregoeiro. Gilmar Targino respondeu que positivamente, mas esse será para outro membro da Comissão Permanente de Licitação-CPL, para assumir na sua ausência a CPL. O Diretor Administrativo e Financeiro, José Antônio Soares ressaltou a necessidade em se ter alguém capacitado nessa área para substituir o Presidente da CPL. Informou inclusive que o Sr. Gilmar, não tem o curso de Pregão Eletrônico, essencial nos processos licitatórios. Continuando O Presidente mencionou que o Ministério Público fornece esses cursos de pregoeiro aqui no Amapá. Verificou que houve duas adesões de atas para aquisição de passagens aérea só esse ano e indagou se a CDSA não consegue fazer uma adesão ressaltando a importância em se ter esse cuidado ao fazer algo da CDSA. Recomendou que se fizesse, pois é um processo rápido e tem tempo hábil para se fazer a ata de adesão de regime de preço sem contar que os prazos são melhores, é pode ser prorrogado. O Sr. Gilmar Targino informou que a primeira ata é de 2017 e a segunda foi feita para 2018. Colocou que sair um centavo por passagens à taxa da agência, falou que fez adesão porque o preço não tinha como baixa mais que isso, poderia sair mais caro, tendo em vista essa situação optou pela ata. Em seguida, o Presidente disse que não se trata de preço. O Conselheiro Lucilio Selmi indagou se é um centavo ou um por cento que a empresa ganha por passagem, O Sr. Gilmar respondeu que a taxa por passagem custa um centavo. O Presidente questionou se a CDSA utiliza toda a cota de passagem aérea. O Sr. Giovanni



Rodrigues disse que até o momento só foi utilizado dezoito mil acumulados, acredita que chegará a vinte três mil reais. Informou que é utilizada somente para viagens essenciais, houve uma redução de despesas. Foi indagado pelo Presidente quem está indo nas audiências em Brasília-DF, tendo como resposta do Sr. José Antônio que até o momento quem está indo a Dr. Ronise advogada da CDSA, mas as próximas serão alternadas entre a advogada Ronise Silva da Silva e o advogado, Roneido Richene Oeiras. Considerando a necessidade de aprovar as contas do ano de 2017. Foi solicitado pelo Conselho que as notas certificadas sejam encaminhadas ao Conselho antecipadamente para análise. Os senhores José Antônio e Gilmar Targino explicaram que os pagamentos são feitos mediante nota certificada e certidão atualizada. Indagou o Presidente o nome da empresa que ganhou para fornecimento de mão de obra e questionou: os valores; quantidades se há necessidade dessa quantidade, sendo respondido que a empresa contratada foi à empresa AM Serviços, Tainara S. dos Santos, no valor de trezentos e vinte mil reais anual. Prosseguindo os conselheiros Robson Gualberto e Lucilio Selmi perguntaram por que não estudaram uma maneira de colocar no edital por redução, que ficaria com preço menor. Foi informado pelo Sr. Antônio que o valor é cheio, tanto faz ser cinco ou mais ficaria o mesmo valor. Relatou que foi feito um estudo e constataram a necessidade em contratar os dez funcionários, pois a área é grande. O Sr. Giovanni Rodrigues comentou que o edital fixa a quantidade de pessoas pelo tamanho da área. Falou que existe uma legislação própria. O Conselheiro Silvio César questiona o item 150 de 2015, páginas de nº 10, que se trata do Georreferenciamento, se já foi feito, qual o valor, sendo declarado pelo Sr. Gilmar Targino, que foi elaborado pela Secretaria de portos – SEP, quem delimitou os vértices. Retomando O Conselheiro Silvio César menciona que tem dois valores dando a entender que ia ser licitado. Gilmar Targino declarou que esse processo já foi arquivado. O Presidente colocou que as pedras não foram certificadas e solicitou ao Conselheiro Silvio César que na elaboração da avaliação patrimonial seja contemplado esse plaqueamento. Silvio César indagou se tem a monografia. O Presidente falou que nunca viu esse georreferenciamento e frisou que a CDSA possui mecanismo para fazer sem custos: o georreferenciamento e o laudo patrimonial. Continuando na folha 08, o Sr. Gilmar diz que haverá Licitação para aquisição de combustível e no dia 19 de dezembro de 2017 e ata de adesão de registro de preço para aquisição de tonner. O Conselheiro Silvio César perguntar se há necessidade de fazer licitação para aquisição de diesel e quanto se compra por mês. Giovanni Rodrigues diz que não chega a dois mil reais atualmente está reduzido, caso a



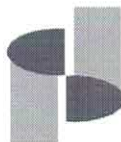
CDSA volte a movimentar como antes ficará em torno de dez a quinze mil mensais. O Conselheiro Silvio César colocou que se a CDSA consegue comprar dois mil e quinhentos mensais, porque não investe para estocagem, colocou que se recupera em menos de um ano o que se gastou. O Presidente expôs que em conversa com um amigo, foi informado que a CDSA tem uma forma de ganhar dinheiro, além dos serviços já prestados, com água e energia. Disse ser lei que a partir do momento que o navio ancora no Porto, terá que desligar sua energia interna é utilizar a do Porto. Os conselheiros questionaram se tem energia no píer, se tem servidores. O presidente sugeriu que se inicie cobrando uma taxa de energia e para isso ser feito a CDSA terá que se adequar. Solicitou que constasse em ata que na próxima reunião apresente no conselho, um plano caso tenha com relação a esse tópico. O Sr. Giovanni disse que representa a CDSA no governo do Estado, na câmara de alimentos é a expectativa para aumentar a receita é grande, se realmente venha acontecer de acordo com a projeção a CDSA não tem condições de investimentos, não terá espaço, mas tem como buscar recursos federais e estaduais. Citou que existe uma legislação acerca do combustível para que seja repassado pelo menos um por cento dos dez milhões de ICMS arrecadado pelo estado, pois a CDSA é a maior responsável dessa arrecadação, sugeriu que se verifique uma forma para se conseguir uma contrapartida do estado, falou que já tem Estados recebendo essa porcentagem do ICMS. Declarou que na transição de governo expôs em reunião ao Prefeito do Município de Santana, que não se deve pensar na CDSA em curto prazo, mas sim em longo prazo, disse que a CDSA não tem estrutura. Ratificou a necessidade da aquisição do gerador próprio. Com relação à porcentagem do ICMS o Conselheiro Lucilio Selmi e o Diretor José Antônio pronunciaram-se dizendo que esse item já foi discutido na reunião anterior. Sugerido pelo servidor Odenilson Ferreira Guidão. O Conselheiro Silvio indagou ao senhor Giovanni Rodrigues, o que fazer para conseguir esses recursos estaduais e federais. Tendo como resposta que tudo precisa de projetos, mencionou que se faça o projeto e entregue aos políticos para se conseguir. Frisou sobre o antigo Porto da Zamin. Colocou que gera receita para a CDSA. Politicamente o governador pode ajudar. A seguir, Silvio perguntou quem é o responsável pelo patrimônio José Antônio respondeu que o Chefe da Seção de Patrimônio é o servidor Lenyllton Célio. Retomando disse que fará a avaliação, mas precisará que a CDSA repasse as informações. O Presidente indagou acerca do Plano de Zoneamento e Desenrolamento-PDZ, se já foi concluído, indagou ainda sobre a coleta de resíduos sólidos e o processo de aquisição de empresa especializada vetores de praga. Após os



esclarecimentos dados pelo Sr. Gilmar o presidente solicitou as notas, certificadas e digitalizadas que sejam encaminhadas antecipadamente ao conselho para que façam a análise de prestação de contas do exercício de 2017. Foi informado que o PDZ está na fase interna e tem até agosto para ser apresentado. Colocou que tem um Processo que precisa ser concluído por ser essencial para o registro patrimonial.

2.3-Proposta de cobrança da taxa de passagem no canal de acesso da Companhia Docas de Santana-CDSA

Passando para o terceiro item da pauta o Presidente solicitou ao Conselheiro Lucílio Selmi que fizesse a explanação acerca da questão tarifária, com a palavra o Conselheiro Lucílio Selmi colocou que na reunião anterior foi amplamente discutida a questão das tarifas. Informou que entrou em contato com a Companhia Docas do Pará - CDP, e conversou com os técnicos e ficou sabendo que na CDP, estão cobrando tudo e não possuem sinalização náutica, há a recomendação da ANTAQ e da SEP, que sinalize para poder cobrar que é o correto. Mencionou que foi discutido na reunião passada e não foi colocada em ata a fala do Conselheiro Silvio César, o qual disse não achar justo arrecadar, senão tinha sinalização. Disse que na reunião anterior ele questionou e citou o exemplo das rodovias os impostos e muitas vezes não tem sinalização. O Poder Público cobra porque tem que ter receita tecnicamente falando o modo operante da CDSA não é o correto de acordo com o da CDP. Foi informado que cobram mandam a cobrança, caso questionarem não querendo pagar porque não tem sinalização, encaminha para o jurídico para emitir o Parecer. Relatou que a CDP cobra o fundeio. Solicitou que enfatize esse item disse que o conselho entrou em contato com a Docas do Pará, tem todos os contatos. Disse que já foi sugerido anteriormente pelo conselho e ninguém se movimentou. Sugeriu mudar os modos operantes do Porto, o que poderá acarreta futuramente o próprio Tribunal de Contas questionarem porque não cobram, caso a CDSA tenha cobrado e venham reivindicar porque não está sinalizado, a CDSA deverá encaminhar para o jurídico resolver. Diante do exposto o Conselheiro Silvio César falou que não vai custar nada tentar, se tentar já é uma ação positiva de aumentar receita. Relatou que com as informações trazidas pelo Conselheiro Lucílio Selmi se quebrou o paradigma de achar que só poderia se cobrar se estivesse sinalizada. Complementando o Conselheiro Lucílio Selmi citou como exemplo: se acontecer um acidente na rodovia e a mesma não está sinalizada o acidentado vai entrar com uma ação contra o estado, mas a rodovia não vai ser interditada por conta do acidente. Prosseguindo, Silvio César frisou que essa cobrança não



vai onerar em nada, não precisa investimentos. Indagou se já tem pessoas para ficar incumbida dessa função. Foi informado pelo Sr. José Antônio que sim, tem o Setor de Logística, pediu para solicitar ao setor operacional que faça um estudo, sugeriu que faça uma reunião com a Diretoria executiva (DIREX), informou que o Presidente da CDSA vai a Belém do Pará, para verificar a questão do Seguro de Responsabilidade Civil ver como funciona e já aproveita para verificar essa questão. Lucílio Selmi sugeriu que o Presidente da CDSA entre em contato por e-mail para poder ir meio que encaminhado. Com a palavra Silvio César menciona que várias vezes já solicitou a estimada formal por parte do operacional de quanto seria a receita, quanto custa à passagem de um navio, um dia de fundeio. Mencionou que o Sr. Lucílio Selmi deu uma sugestão pertinente acerca do item supracitado. Oficializar a Superintendência de Transito de Santana-STTRANS, para elaborar esse estudo. O Sr. Giovanni Rodrigues pronunciou-se perguntando se já foi encaminhado memorando para a DIREX, opinando que se faça por meio de memorando. O Presidente pediu que reiterasse os memorandos a DIREX acerca das solicitações não acatadas. Os conselheiros mencionaram que já haviam cogitados fazer memorandos, devido às solicitações não serem atendidas, nem justificadas por não terem sido feitas, na hora de aprovar as contas não vai aprovar porque nada que foi aconselhado, solicitado foi acatado, podem até aprovar, mas terá que ser justificado. O presidente sugeriu que faça memorando pontuando as solicitações do Conselho. Após as ponderações o Presidente Passou a palavra aos presentes para que fizessem suas ponderações e agradecimentos.

3 – ASSUNTOS GERAIS

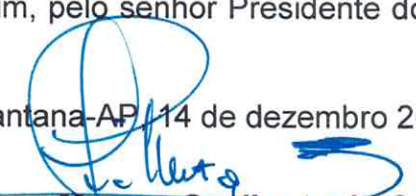
3.1 - O que ocorrer:

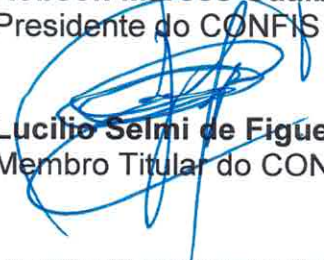
Encerrada a reunião, eu, **Leila Pires Vieira**, na qualidade de Secretária, lavrei a presente ATA que após lida e analisada será assinada por mim, pelo senhor Presidente do CONFIS e demais conselheiros.


Leila Pires Vieira
Secretária


Silvio César Barreto Trigueiro
Membro Titular do CONFIS

Santana-AP, 14 de dezembro 2017.


Robson Marcos Gualberto do Carmo
Presidente do CONFIS


Lucílio Selmi de Figueiredo Nunes
Membro Titular do CONFIS